

## OS JORNAIS COMUNITÁRIOS E SEU ESPAÇO NA MÍDIA CONTEMPORÂNEA:

Representação popular e democratização da informação

Bruno de Oliveira Castro (IC) e Carlos Eduardo Sandano Santos (Orientador)

**Apoio: PIBIC Santander**

### RESUMO

A proposta visa compreender a comunicação comunitária e sua capacidade de mobilização e reivindicação popular no contexto contemporâneo da democratização e do acesso à informação. Com base em pesquisa bibliográfica sobre comunicação comunitária, jornalismo local e horizontalidade na relação do leitor com o processo de produção jornalística, o texto examina o papel social dos veículos comunitários, uma vez que sua origem se dá na necessidade da divulgação de projetos alternativos de grupos sociais marginalizados. Também foi feito o estudo de caso do periódico Gazeta São Mateus por meio da análise dos conteúdos veiculados em sua versão impressa e digital, e pela distinção das editoriais no objetivo de apresentar os gêneros jornalísticos mais presentes nas publicações. Assim, este artigo investiga a atuação das redações locais, sua interação com a comunidade e o espaço criado e ocupado por esses veículos. Aqui também é proposta uma análise acerca das divergências entre o jornalismo local e o jornalismo comunitário e das características dessas vertentes no atual cenário de comunicação alternativa. Por fim, examina-se a atuação política do Gazeta São Mateus, na qual conclui-se que seu papel social se limita à comunicação local e não comunitária, além de ser utilizado como veículo de propaganda política.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Democracia. Comunidade.

### ABSTRACT

The proposal of this study aims to understand community communication and its capacity for mobilization and popular claim in the contemporary context of democratization and access to information. Based on bibliographic research on community communication, local journalism and horizontality in the reader's relationship with the process of journalistic production, the text examines the social role of community vehicles, since its origin is in the need to disclose alternative projects of marginalized social groups. The case study of the Gazeta São Mateus journal was also made, through the analysis of the contents published in its printed and digital versions, and the distinction of the editorials in order to present the journalistic genres most present in the publications. Thus, this article investigates the performance of local newsrooms, their interaction with the community and the space created and occupied by these vehicles. It is also proposed here an analysis of the differences between local and community journalism

and the characteristics of these aspects in the current scenario of alternative communication. Lastly, is examined the political performance of the Gazeta São Mateus, which concludes that its social role is limited to local and non-communal communication, besides being used as a vehicle for political propaganda.

**Keywords:** Journalism. Democracy. Community.

## 1. INTRODUÇÃO

O jornalismo comunitário surge como uma articulação de movimentos populares a fim de viabilizar seus projetos alternativos de sociedade. No Brasil, a comunicação comunitária fortaleceu-se na década de 1980 e seu crescimento está vinculado às ações sociais e religiosas (ALLES, 2010).

A função do jornalismo popular, nessa época, se estendia a uma ferramenta de didática popular e conscientização política, além de permitir o acesso à informação às classes oprimidas. “Era uma comunicação que defendia os interesses do povo e estimulava o protagonismo popular; era crítica, reivindicativa e democrática.” (GIOVANCARLI, 2016, p. 51).

Em vista disso, esse estudo se delimitará ao conceito defendido por Dornelles e Modena (2007, p. 371) de que “comunicação comunitária (...) se trata de um tipo de comunicação feita pelo povo e para o povo, com a participação do povo na produção das mensagens”.

A partir dessa definição, esse estudo questiona qual espaço criado pela mídia comunitária e se essa ocupação é feita em favor da democratização e da acessibilidade a informação, tornando conteúdo jornalístico de fácil acesso, mas, para além disso, convertendo-se em um porta-voz das reivindicações das comunidades.

Hoje, o jornalismo comunitário que visa a mobilização e participação popular nas demandas políticas e sociais não é expressivo (GIOVANCARLI, 2016). Contudo, ainda é necessário compreender os elementos que indicam as dificuldades desses meios de comunicação na atualidade. Além disso, novas temáticas são incluídas nesses jornais a fim de fazê-los canais adequados ao atual momento.

[...] hoje o cerne das questões gira em torno da informação, educação, arte e cultura, com mais espaço para o entretenimento, prestação de serviços, participação plural de várias organizações (cada uma falando o que quer, embora respeitando os princípios éticos e normas de programação) e divulgação das manifestações culturais locais (Peruzzo, 1998, p.152).

Como concluiu Peruzzo, os jornais locais e comunitários retratam assuntos diretamente pertinentes à vida de seus leitores nos espaços que ocupam em seu cotidiano. Já a mobilização entorno do engajamento social e político não está mais dentre os principais objetivos dos editoriais comunitários. Dessa forma, esse viés jornalístico se adaptou à demanda de seu público. Entretanto, com o desenvolvimento da mídia informatizada, do jornalismo digital e a problemática da fragilidade dos impressos em meio a essa revolução, surge uma nova diligência a esses veículos: a participação nas redes de internet.

Assim, a discussão acerca do espaço que os meios de comunicação comunitários utilizam na internet é levantada. Grandes empresas de mídia já se beneficiam do uso de aplicativos, bancos de dados, algoritmos digitais, web semântica e outras manifestações

ciberculturais. Portanto, é preciso investigar os elementos que mercantilizam o jornalismo digital e de que maneira esse espaço é ocupado pela mídia comunitária, de forma que a permita atuar como uma ferramenta para a construção de novas formas de emancipação coletiva e busca por cidadania.

A relevância de avaliar o papel dos meios de comunicação comunitários e a alteração de sua dinâmica pela revolução digital é proposta por esse estudo, junto a uma investigação livre de visões apocalípticas de que os jornais comunitários devem desaparecer e que reconhece esses veículos enquanto instrumentos para uma maior autonomia dos cidadãos. Quando o jornalismo é centralizado sob o controle de uma única classe econômica, a informação ofertada à população perde a sua função de serviço social e se torna um mecanismo estratégico para defesa de interesses. Porém, com a difusão simplificada de notícias propiciada pela internet, a comunicação coletiva ocupa outros espaços e alcança um maior público. A partir dessa perspectiva, percebe-se a relevância do papel social do jornalismo comunitário, que, em teoria, disponibiliza seu espaço para discussões pertinentes à comunidade em que se instala e que não são abordadas na grande mídia, o que o tornaria um porta-voz da população da comunidade.

Indo de encontro a isso, a atual conjuntura econômica da comunicação social brasileira fere o princípio constitucional da democratização da informação, o que resulta na marginalização de grupos sociais de baixa representação na mídia. A informação deveria chegar com aptidão a todos e ter como cerne o agir em prol do interesse público. Muitas vezes, porém, pautas pertinentes à população marginalizada são rechaçadas pela mídia tradicional em detrimento de seus interesses político-econômicos.

Para a análise da problemática descrita acima, o estudo se delimitará à mídia comunitária impressa e digital. A partir disso, questiona-se: como a atuação dos jornais comunitários na mídia contemporânea pode ser efetiva na democratização da informação? Para o desenvolvimento de uma investigação acerca do problema de pesquisa apresentado, será feito um estudo de caso do jornal comunitário Gazeta São Mateus, veículo popular impresso e digital que circula na zona leste da cidade de São Paulo, utilizando suas edições 443 a 463, veiculadas entre agosto de 2017 e agosto de 2018.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Democracia**

A democracia é tida como um formato de governo no qual a soberania é exercida pelo povo, tendo em vista os interesses e a igualdade de participação, de poder e de expressão de todos os indivíduos (GREGORIM, 2015). Robert Dahl (2001) defende que o conceito de

democracia, como é conhecido hoje, surge na Grécia Clássica e em Roma, por volta de 500 a.C. “Foram os gregos - provavelmente os atenienses - que cunharam o termo *demokratia*: *demos*, povo, e *kratos*, governar” (2001, p. 21). Sua etimologia provém de autoridade popular, significando “o governo do povo”, um sistema baseado na soberania popular e na igual distribuição de poder. Dessa forma, o governo do povo, para o povo e pelo povo.

A democracia envolve um regramento aberto e neutro capaz de viabilizar a luta política sem o uso da força, mantendo os conflitos no campo simbólico discursivo dos parlamentos, dos meios de comunicação, das campanhas eleitorais, dos atos públicos, das manifestações pacíficas, passeatas e reuniões, das negociações e votações. (SOARES, 2009, p.77)

O autor examina a democracia participativa como um espaço de competição e disputa por poder conquistado através de meios simbólicos como a retórica, a ideologia e o voto. Entretanto, não há garantias de que os representantes defenderiam um bem comum. Soares (2009, p.78) defende que “o regime deve garantir igualdade de condições políticas, mas ao ser implantado em sociedades social e economicamente desiguais, relativiza o ideal de igualdade política.” Dessa forma, os cidadãos necessitam de ferramentas de atuação e discussão política independentes do Estado e de relações comerciais, sendo que esses mecanismos servem de base para o jornalismo como serviço social.

## **2.2 Comunicação como instrumento político**

A partir da análise de jornalismo como ferramenta de democratização, Genro Filho (1987, online) o definiu como uma forma social de conhecimento, no qual era destacado o potencial crítico emancipatório inerente à práxis da comunicação. Portanto, o jornalismo, enquanto serviço social, é encarado como o espaço público de visibilidade ampliada dos discursos plurais da sociedade. Fernandes (2002, online) defende a prática jornalística como “um espaço público central que mostra diversos aspectos da complexa sociedade atual e proporciona um entendimento mais geral do que ocorre nas inúmeras esferas sociais”. O jornalismo seria, então, encarado como um mural público para discussão de pautas pertinentes aos grupos sociais de uma comunidade.

Para situar o jornalismo no regime democrático, é necessário abordar o conceito de esfera pública. Habermas (apud ROTHBERG, 2011, p.150) afirma que esfera pública “é a esfera de pessoas privadas reunidas em um público, cujo espaço representa um canal de reivindicação contra o Estado, apesar de regulamentado por ele”. Logo, são instâncias que têm o poder de levar reivindicações da sociedade civil ao poder estatal. Além de ser um espaço social de debate e obtenção de conhecimento e informações para os cidadãos.

Há duas correntes capazes de contribuir para a crítica da comunicação jornalística: o agendamento e o enquadramento. Sendo que através da primeira podemos

[...] identificar uma correspondência entre a ordem de importância que os leitores atribuem às questões públicas correntes não necessariamente de acordo com a sua relevância ou urgência, mas sim com a hierarquia da apresentação desses temas nos jornais (SOARES, 2009, p. 265).

Enquanto o enquadramento é definido pelo autor como um mecanismo que permite um exame qualitativo das matérias veiculadas, na procura de uma “retórica implícita” nas reportagens, que

[...] pode ser identificada na escolha e repetição de palavras, expressões, ênfases e atenuações linguísticas, seleção das fotos, sentidos latentes nos elementos visuais que, sutilmente, conferem saliência a um ponto de vista sobre o assunto focado. (2009, p. 265)

O autor defende que o uso retroativo das representações midiáticas é ainda mais crítico do que a não representação. A audiência toma involuntariamente a representação exibida como o próprio objeto de assunto representado. Portanto, a mídia seria capaz de se encarregar ou não a exibir uma representação que fará parte do ambiente cultural em que se dão os pensamentos, julgamentos e ações da população. Embora, numa perspectiva ampliada, Soares (2009) defenda que existam outras agências de controle, como a escola, a ciência, o sindicato, para a maioria das pessoas, os meios de comunicação são os principais provedores de representações sobre o estado da sociedade, da política, dos costumes, dos valores e da pertinência de assuntos específicos.

### **2.3 Jornalismo como instrumento pedagógico**

Peruzzo (2015, p. 15) defende que a comunicação e a educação têm caminhos cruzados, pois, assim como a comunicação, o trabalho educativo deve estar em total sintonia com a realidade dos indivíduos envolvidos no processo. Dessa forma, a ação comunicacional e cultural para a liberdade seria caracterizada pelo diálogo e teria a conscientização das massas como seu fim principal, já a ação para a dominação se opõe ao diálogo e serve para domesticá-las. Washington Uranga (2009) define as ações culturais para a libertação como

[...] um lugar de encontro no espaço da vida cotidiana, entre quem tem práticas diferentes. E esse lugar, como tal, é um lugar de produção de conhecimento. É um lugar de diálogo e de intercâmbio onde o conhecimento emerge. Nesse sentido, a comunicação comunitária é também uma vocação política para, desde o encontro, ser capazes de socializar o conhecimento, convertê-lo em alimento político e motor da ação no espaço público. (2009, p.182 apud PERUZZO, 2015, p.15)

Assim sendo, essas ações são ferramentas de instrução e reivindicação da população dos locais de circulação de veículos comunitários. Uma vez inseridas nas dinâmicas da comunidade, o debate de saberes se mistura à prática jornalística. O educador

e filósofo Paulo Freire (1979, p. 67) toma a comunicação como diálogo, que remete à reciprocidade de uma relação horizontal de comunicação. Assim, Freire interpreta o ser humano como sujeito na importância da comunicação-ação no âmbito educativo para a prática da liberdade, aderência à realidade e comunicação e para a transformação social.

A coparticipação dos sujeitos do ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isso mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediador da comunicação. [...] O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo [...] (Freire, 1979, p. 66-67).

Freire propõe, assim, uma percepção de comunicação, no qual há espaço para o receptor interagir no processo de produção das mensagens. Peruzzo (2015) afirma, em complemento ao pensamento de Freire, que

[...] comunicação no contexto dos movimentos populares e comunitários se ancora na prática da liberdade explicitada no exercício do direito de comunicar a partir da própria voz e do empoderamento das tecnologias de comunicação, as mais diversas, para colocá-las a serviço das comunidades nas lutas para mudar as condições desumanas de existência e interferir na política, nas políticas públicas e na ação do Estado. Esse direito de comunicar se refere a recuperação do direito a ter voz, a expressar a própria voz, sem esquecer que em geral o próprio resgate da voz, do poder de se manifestar e de ser ouvido, antecede e vai além de aparatos tecnológicos, mas os inclui. (2015, p. 12)

A autora ainda afirma que os movimentos populares podem ser definidos como “manifestações e organizações baseadas explicitamente em promover a conscientização e a ação de segmentos das classes subalternas visando satisfazer seus interesses e necessidades” (2007, p. 3). Algumas das características apontadas pela autora são: condições de produção e de consumo de bens, desenvolvimento educativo-cultural e assegurar a garantia de poder exercitar os direitos de participação política. Esses movimentos percebem a necessidade de desenvolver produções jornalísticas para o fortalecimento de seus objetivos. Entre as principais pautas desses novos veículos estavam: colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses populares, transmitir conteúdo a partir de novas fontes, propor transformação social e, ao mesmo tempo, construir uma sociedade mais justa e a possibilidade de participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo. A partir da mobilização desses grupos sociais, surgiram os meios de comunicação comunitária e alternativa (ALLES, 2010)

Esses veículos alternativos ganham expressividade por envolver diversos setores sociais de classes subalternas, explica Peruzzo (2007), como operários, trabalhadores do campo, mulheres, defensores da ecologia, negros e moradores de regiões periféricas, que são desassistidos em seus direitos à educação, saúde, transporte, moradia, segurança.

Essa comunicação não chega a ser uma força predominante, mas desempenha um papel importante da democratização da informação e da cidadania, tanto no sentido da ampliação do número de canais de informação

e na inclusão de novos emissores, como no fato de se constituir em processo educativo, não só pelos conteúdos emitidos, mas pelo envolvimento direto das pessoas no quefazer comunicacional. (2007, p. 3)

Dessa forma, a autora defende que nos anos de 1970 e 1980, o conteúdo comunicacional dos jornais comunitários era concentrado na contestação da organização política e do status quo, a fim de uma transformação na sociedade capitalista vigente.

### 3. METODOLOGIA

Neste trabalho foi utilizado o método de estudo de caso a fim de um estudo profundo e detalhado acerca da problemática aqui apresentada, sendo este complementado pela pesquisa bibliográfica, com o propósito de estruturar os principais conceitos relevantes ao estudo. Para tal, foram realizadas leituras analíticas de obras que elucidam um exame do jornalismo comunitário, da estrutura da mídia contemporânea, do jornalismo na era da digitalização, da democracia e da relação entre jornalismo comunitário e a articulação popular e cidadania.

Segundo Goode e Hatt (1979 apud VENTURA, 2007), o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa que permite a organização de dados, preservando do objeto estudado o seu caráter unitário. Na elaboração dessa pesquisa foi analisado como objeto de estudo o jornal comunitário Gazeta São Mateus, periódico veiculado desde 1993. Atualmente, sua versão impressa é distribuída gratuitamente em três distritos do extremo leste da capital paulista – São Rafael, Iguatemi e São Mateus. A publicação é feita quinzenalmente, com tiragem de vinte mil exemplares de oito a doze páginas cada. Foram analisadas as edições 443 a 463, publicadas entre agosto de 2017 e agosto de 2018, recorte adotado por ser o ano de publicação mais recente ao início da pesquisa. O acesso às publicações foi feito através da plataforma *online* Issuu (<https://issuu.com/gazetasaomateus>), na qual se encontram todas as edições digitalizadas. Também foram analisadas as postagens feitas na página do periódico no Facebook, seguindo o mesmo recorte temporal supracitado.

Para a análise dos dados, foram lidas e caracterizadas por editoria todas as matérias publicadas nas edições utilizadas. Tal processo se deu pela necessidade de distinguir montantes editoriais em números concretos, a fim de gerar uma perspectiva de quais são as pautas mais presentes nas publicações. Além disso, foi feita uma categorização das editorias a partir da teoria de Marques de Melo (2016, p. 49), que distingue os gêneros editoriais em informativo, utilitário, opinativo, interpretativo ou diversional. Mozzato e Grzybovski defendem que “[...] qualquer técnica de análise de dados, em última instância, significa uma metodologia de interpretação” (2011, p. 3). Dessa forma, a interpretação desses dados foi feita com o objetivo de delinear a influência do jornal, impacto na comunidade, seu alcance e sua

contribuição para a democratização do acesso à informação. Além disso, também foi levantado um referencial teórico acerca de publicações comunitárias e educomunicação, a fim de embasar as discussões feitas a partir dos dados colhidos. Foram utilizadas obras que analisam o dialogismo na comunicação comunitária, compreendendo a necessidade do receptor como participante ativo do processo de produção de mensagens. O estudo partiu da premissa de que todo o avanço alcançado deve sempre respeitar a dignidade, autonomia e livre-arbítrio do ser humano. Assim, contemplou aspectos éticos para zelar pela veracidade das informações e por sua privacidade.

#### 4. RESULTADO E DISCUSSÃO

##### 4.1. Números editoriais e gêneros jornalísticos

Ao decorrer da pesquisa, foram analisadas vinte e uma edições do Gazeta São Mateus. Para um exame concreto sobre quais eram as pautas mais presentes nos expedientes utilizados, todas as matérias foram distinguidas segundo sua editoria. Os números levantados estão presentes na seguinte tabela:

**Tabela 1.** Quantidade de matérias por editoria das edições 443 a 463.

EDITORIA	NÚMERO DE MATÉRIAS
Artigos de opinião e editorial	28
Economia	3
Educação	4
Entretenimento	17
Esporte	5
Meio Ambiente	35
Notícias comunitárias	36
Notícias gerais	11
Política	35
Saúde	18
Segurança	13
Tecnologia	2
Transporte	3
Turismo	1
Zeladoria	38
<b>TOTAL</b>	<b>249</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir da análise científica do jornalismo, há divergência entre teóricos sobre qual seria a forma ideal de classificar as manifestações da prática da notícia. Segundo Marques de Melo, (2016, p. 49), o jornalismo deve ser compreendido como uma categoria de comunicação periódica, estando inserido no ramo massivo da área do estudo comunicacional.

A partir desse referencial, podemos definir o processo jornalístico e suas ramificações sucessivas, de acordo com o conceito estrutural de Comunicação. Sua importância, como marco teórico, é exatamente sinalizar que estamos tratando de uma atividade não apenas humana ou linguística, mas, principalmente, de Comunicação, motivo pelo qual devemos nos ater às particularidades desse universo. (MARQUES DE MELO, 2016, p. 49).

Dessa forma, o autor compreende gênero jornalístico como “um sistema de organização do trabalho cotidiano de codificação das mensagens de atualidade, a partir das formas de expressão adotadas nas empresas” (MARQUES DE MELO, 2016, p.11). Assim, gênero jornalístico é entendido como uma classificação de notícias a partir de seu conteúdo feita a fim de atingir audiências e públicos vastos e dispersos.

Segundo Beltrão (2006, p. 14) os principais gêneros jornalísticos são desempenhados com uma função social, teoria que vai de encontro aos critérios de noticiabilidade de Traquina, que os define como

O conjunto de critérios e operações que fornecem aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tomar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de se transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor notícia’. (TRAQUINA, 2005, p. 63)

Portanto, segundo o autor, são usados critérios para a seleção de fatos que merecem ser noticiados segundo a relevância social do assunto abordado. Seguindo esse raciocínio, foi criada a “Classificação Marques de Melo”, que distingue os gêneros jornalísticos segundo sua função social e corporativa. Segundo o autor, a classificação foi fundamentada “em observações empíricas do jornalismo brasileiro no quinquênio 2002-2007” (MARQUES DE MELO, 2016, p.35). Assim, os gêneros jornalísticos são divididos em: informativo, vigilância social; opinativo, fórum de ideias; interpretativo, papel educativo e esclarecedor; diversional, distração e lazer; e utilitário, auxílio na tomada de decisões cotidianas.

Para analisar os números expostos na Tabela 1, foi feita a atribuição das editorias a cada gênero jornalístico proposto por Marques de Melo (Tabela 2). Dessa forma, no gênero informativo encontram-se nove editorias (economia, educação, esporte, notícias gerais, política, saúde, segurança, tecnologia e zelandoria); na pasta opinativa encontra-se somente uma editoria (artigos de opinião e editorial), assim como no gênero interpretativo (meio ambiente) e diversional (entretenimento); já no gênero utilitário encontram-se três editorias (notícias da comunidade, transporte e turismo). A partir dessa divisão, formula-se a seguinte distinção de conteúdo:

**Tabela 2.** Quantidade de matérias por gênero jornalístico edições 443 a 463.

GÊNERO	NÚMERO DE MATÉRIAS	%
Informativo	129	51,8
Opinativo	28	11,2
Interpretativo	35	14,1
Diversional	17	6,8
Utilitário	40	16,1
TOTAL	249	100

Fonte: Elaborado pelo autor

É possível perceber, portanto, o caráter informativo do Gazeta São Mateus, que vai de encontro à teoria de que o jornalismo comunitário que visa mobilizar a participação popular nas demandas políticas e sociais não é expressivo (GIOVANCARLI, 2016), uma vez que o papel interpretativo e educativo ocupa aproximadamente quatorze por cento do conteúdo veiculado pelo periódico. Dornelles (2008) defende que os meios comunitários não têm a função informativa como exclusividade, eles também atuam na defesa de direitos e carências de determinados grupos marginalizados. “Muitos jornais também atuam de maneira a forçar o executivo a dar soluções para problemas das comunidades, que nunca estão na pauta da grande imprensa, através da exposição pública constante do problema.” (2008, p. 17). Dessa forma, os jornais comunitários fornecem um fluxo de notícias específicas para ajudar na adaptação às instituições e comodidades da vida urbana na comunidade onde se encontra.

Os meios de comunicação comunitários têm o potencial de serem, ao mesmo tempo, parte de um processo de organização popular, canais carregados de conteúdos informacionais e culturais e possibilitarem a prática da participação direta nos mecanismos de planejamento, produção de mensagens/programas e gestão da organização comunitária de comunicação. Contribuem, portanto, duplamente, para a construção da cidadania. Oferecem um potencial educativo enquanto processo e também pelo conteúdo das mensagens que transmitem. (PERUZZO, 2007, p. 22).

Tais características são perceptíveis no gênero utilitário do Gazeta, no qual é possível identificar a função social do jornalismo local de forma expressiva, principalmente na editoria de Zeladoria, que apresenta o aspecto de vigilância social quanto à instalação e manutenção dos ambientes públicos, como praças e calçadas, dos bairros da região em que o jornal circula. O bairro em que o jornal comunitário se instala também se torna “notícia” através do conteúdo jornalístico que narra a sua história, mantendo e expondo as tradições locais. Esses veículos de comunicação podem contribuir para a construção de uma identidade local, além de unir a comunidade entorno de um determinado objetivo. Dessa forma, os meios comunitários podem servir como um mecanismo de valorização da autoestima dos moradores de um bairro periférico, combatendo, assim, estereótipos pejorativos (DORNELLES; MODENA, 2007).

Também foi analisado o perfil na rede social Facebook do Gazeta São Mateus. A página conta com treze mil e novecentos e setenta e três seguidores, número menor que a tiragem do impresso. O conteúdo do perfil na rede social, durante o período analisado, foi usado para compartilhamento de matérias do site do jornal, que replica o conteúdo impresso e para divulgação de denúncias de moradores quanto à falta de zeladoria nos bairros da região. Assim, pode-se perceber que não há produção de conteúdo exclusivo para a plataforma digital.

As redes sociais, enquanto circuladoras de informações são capazes de gerar mobilizações e conversações que podem ser de interesse jornalístico na medida em que essas discussões refletem anseios dos próprios grupos sociais. Neste sentido, as redes sociais podem, muitas vezes, agendar notícias e influenciar a pauta dos veículos jornalísticos. Mas também esses movimentos podem refletir interesses individuais dos atores sociais que acontecem de estar em consonância com interesses sociais. (RECUERO, 2009, online)

Dessa forma, segundo Recuero, a rede social pode ser encarada como ferramenta para a prática jornalística, uma vez que, através da circulação de informações, é possível encontrar pautas de anseio dos membros daquela rede. Portanto, por meio das linhas criadas entre os perfis nas redes de atores sociais da região de São Mateus, o Gazeta encontra informações de interesse para os leitores do periódico.

Recuero (2009) aponta, porém, que as redes sociais, apesar de auxiliarem a prática jornalística, não devem ser usadas como produção de notícias, mas sim como produção de conteúdo que podem ser noticiado. Assim, as redes sociais estão “produzindo efeitos no jornalismo, mas não praticando jornalismo, uma vez que esses processos são fortemente construídos a partir de perspectivas de capital social e ganho individual dos atores.” (RECUERO, 2009, online). Portanto, deveria haver uma apuração sobre o conteúdo compartilhado de outros perfis da rede, o que não é perceptível na página do Gazeta.

#### 4.2. Participação editorial de atores políticos

Ao decorrer das vinte e uma edições do Gazeta São Mateus analisadas, foram publicados quarenta e oito colunas e artigos de opinião de atores políticos (Tabela 3). Esse montante não foi contabilizado no tópico “Artigos de opinião e editoriais” da Tabela 1, uma vez que seus autores não fazem parte da equipe de jornalistas e colaboradores do objeto de estudo investigado.

**Tabela 3.** Citações no jornal (coluna, artigo) nas edições 443 a 463.

(continua)

NOME	CARGO	CITAÇÕES
Pedro Kaká	Dep. Estadual (PODE)	21

**Tabela 3.** Citações no jornal (coluna, artigo) nas edições 443 a 463.

		(continuação)
NOME	CARGO	CITAÇÕES
Gilson Barreto	Vereador (PSDB)	15
Adriano Diogo	Dep. Estadual (PT)	7
Juliana Cardoso	Vereadora (PT)	4
Milton Ferreira	Vereador (PODE)	1
TOTAL		48

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando os números acima, é possível concluir que, em média, cada edição do *Gazeta São Mateus* traz, pelo menos, duas colunas ou artigo de opinião dos parlamentares supracitados. Além disso, o Deputado Estadual Pedro Kaká aparece em todas as edições publicadas no recorte temporal desse estudo.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (2019, online), a zona eleitoral de São Mateus soma, aproximadamente, duzentos e cinquenta mil eleitores. Além disso, segundo a Prefeitura de São Paulo (2019, online), os três distritos sob a administração da subprefeitura de São Mateus fazem parte do endereço de, aproximadamente, quatrocentos e vinte e cinco mil paulistanos.

Portanto, pode ser feita uma análise acerca do agendamento feito pelo *Gazeta São Mateus* ao ceder espaço em suas publicações para artigos de opinião de políticos com base eleitoral no bairro do periódico. Uma vez que a mídia, segundo Soares (2009), é encarada como uma agência de controle, suas ações são ferramentas de instrução à população.

### 4.3. Mídia local e mídia comunitária

Segundo Peruzzo (2002), o jornalismo local e o comunitário apresentam linhas editoriais diferentes. Em suas especificidades, o comunitário se encarrega da mobilização popular e da educação, enquanto o local é responsável por um papel exclusivamente informativo.

[...] a tendência maior é que a mídia local se ocupe de assuntos mais gerais (das vias públicas, tragédias, violência urbana, tráfico de drogas, política local, serviços públicos, problemas da cidade, culinária regional etc.), enquanto os meios comunitários trabalham principalmente com pautas de interesse mais específico de segmentos sociais (assuntos dos bairros, do trabalho, do movimentos sociais, questões de violência, esclarecimentos quanto aos perigos relacionados às drogas e outras problemáticas de segmentos sociais excluídos). (PERUZZO, 2002, p. 15)

Logo, segundo a autora, apesar de ambos realizarem a cobertura jornalística de um bairro ou região, a abordagem das notícias é feita de formas diferentes. Aplicando, assim, a teoria de Peruzzo ao estudo de caso, pode-se compreender o Gazeta São Mateus como um jornal local.

Conforme apresentado na Tabela 2, cento e vinte e nove das matérias publicadas no período analisado pertencem ao gênero Informativo – aproximadamente cinquenta por cento de todo o conteúdo. Além disso, o gênero o Interpretativo, responsável pela produção de sentido no contexto de mobilização popular, conscientização e educação, tem uma expressão de trinta e cinco matérias publicadas no recorte temporal de pesquisa – aproximadamente quatorze por cento.

Dessa forma, o Gazeta São Mateus pode ser percebido como um jornal local, já que seu enfoque é informativo, com abordagem de pautas, segundo Peruzzo, entendidas como gerais. Sua função comunitária não é expressiva, uma vez que a mobilização popular não é apresentada como objetivo geral das publicações.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O contexto social em que são produzidos os jornais de bairro não é o mesmo de suas origens, quando seus objetivos eram pautar as causas populares visando a mobilização de grupos sociais. O consumo de informações produzidas em escala industrial que objetiva atingir o maior número de leitores possível, cresceu. Assim como a produção não industrial de notícias feitas por meio das redes sociais. A comunicação alternativa, porém, não é expressiva no contexto geral do cenário de mídia contemporânea. Grupos sociais que, historicamente, faziam uso da produção jornalística para atrair e mobilizar a população, atuam em suas redes sociais, não necessariamente, como um veículo jornalístico.

A partir dos dados analisados, pode-se entender que o Gazeta São Mateus foi criado com o intuito de ser um meio de comunicação local e informativo. A circulação do periódico não demonstra visar a horizontalidade e dialogismo com seus leitores, o que o afasta do conceito de veículo comunitário. Além disso, atualmente, a publicação de colunas e artigos de opinião de parlamentares pode ser caracterizada como agendamento de pauta feito pelo jornal a favor desses indivíduos, uma vez que não há suficiente alternância entre os autores – como por exemplo, a presença do Deputado Estadual Pedro Kaká em todas as edições analisadas.

Para mais, é perceptível que a atuação do Gazeta São Mateus é focada em sua versão impressa, cuja tiragem é maior do que o número de seguidores na página do jornal do

Facebook. Não há conteúdos produzidos somente para as redes sociais ou site. Anúncios publicitários também são feitos exclusivamente nas edições impressas.

Sendo assim, o presente estudo objetivava analisar a atuação dos jornais comunitários no contexto da comunicação contemporânea e examinar o seu papel na democratização do acesso à informação. Pode-se perceber que, como foi supracitado, a atuação dessa mídia alternativa não é expressiva. Com as mudanças no cenário do jornalismo feitas a partir da digitalização da mídia, os leitores se aproximaram do processo de produção das notícias, o que pode ser encarado, em partes, como democratização da informação. Entretanto, é necessário apontar que 35% da população brasileira não possui acesso à internet (SIMÕES GOMES, 2018, online). Além de que essas mudanças nas plataformas de comunicação não foram causadas pela atuação dos jornais comunitários, mas sim por avanços tecnológicos. Assim, pode-se concluir que a função social desses meios de comunicação alternativos não é mais, majoritariamente, mobilizar a população entorno de uma causa social ou educar os leitores. Esses veículos, atualmente, contribuem no processo de democratização do acesso à informação por meio de seu papel informativo e de vigilância social com o bairro em que circulam.

## 6. REFERÊNCIAS

ALLES, Natália. *Boca de Rua: representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário*. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010.

BELTRÃO, Luiz. *Teoria e prática do jornalismo*. Adamantina: FAI, São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2006.

DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DORNELLES, Beatriz; MODENA, Sandra. *Crítérios de noticiabilidade distorcem a realidade de bairros que recebem cobertura da imprensa diária*. Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 14, n. 33, p.97-105, ago. 2007

DORNELES, Beatriz. *Características do jornalismo impresso local e suas interfaces com jornais comunitários*. Revista *Contracampo*, v. 8. n. 16. p. 159-173, jan./jul. 2008

FERNANDES, Adélia. *Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público*. Salvador: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2002. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/153525028078401893023837407457382637395.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2019

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987. Disponível em: <<http://www.adelmo.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

GIOVANCARLI, Luiza. *Jornalismo comunitário, políticas públicas e desafios contemporâneos*. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GREGORIM, C. (Coord.). *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. 1.ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015.

MARQUES DE MELO, José. *Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório*. In: INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. *Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios*. In: RAC, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, Jul./Ago. 2011

PERUZZO, Cicília. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicília. *Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária no Brasil*. In: Anuário UNESCO/UMESP de Comunicação Regional, Ano 6, n. 6, jan-dez, São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2002.

PERUZZO, Cicília. *Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania*. In: OLIVEIRA, Maria José da C. (Org.). *Comunicação pública*. Campinas: Alínea, 2004b. p.49-79, jun. 2007

PERUZZO, Cicília. *Ideias de Paulo Freire aplicadas à comunicação popular e comunitária: Comunicação e o conhecimento em experiências comunitárias*. In: 24º. Encontro Anual da Compós, 2015, Brasília-DF. XXV Compós - Brasília, DF. Brasília-DF: Compós- Associação Bras.dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2015.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Dados demográficos dos distritos pertencentes às Subprefeituras*. 2019. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados\\_demograficos/index.php?p=12758](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758)>. Acesso em: 14 de fev de 2019.

RECUERO, Raquel. *Rede Social*. In: *Para entender a Internet (versão beta): noções, práticas e desafios da comunicação em rede*. 2009. Disponível em: <<http://paraentenderainternet.blogspot.com/2009/01/rede-social-raquel-recuero.html>>. Acesso em: 03 de fev. de 2019

ROTHBERG, Danilo. *Políticas e gestão da comunicação no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Cultura Acadêmica Unifesp, 2011.

SIMÕES FILHO, Helton. *Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à internet, diz IBGE*. G1. São Paulo, 22 fev. de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 03 de fev. de 2019.

SOARES, Murilo César. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. São Paulo: Cultura Acadêmica Unifesp, 2009

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Consulta a zonas eleitorais. 2019. Disponível em:<<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/cartorios-e-zonas-eleitorais/pesquisa-a-zonas-eleitorais>>. Acesso em: 14 de fev de 2019.

VENTURA, Magda Maria. *O estudo de caso como modalidade de pesquisa*. Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007. Disponível em:<[http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007\\_05/a2007\\_v20\\_n05\\_art10.pdf](http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf)>. Acesso em: 27 de fev. de 2018.

**Contatos:** bruno.castro@outlook.com.br e carloseduardo.santos@mackenzie.br